

9

Interações entre território e pandemia de Covid-19 na cidade de São Paulo: das dinâmicas pré-existentes às novas perspectivas

Ana Carolina Carvalho Figueiredo
Gabriela Marques Di Giulio

INTRODUÇÃO

Embora os impactos diretos da Covid-19 na saúde e na vida da população global tenham sido irrefutáveis, os reflexos da declaração da pandemia também permearam com força as dinâmicas urbanas. Dentre as principais indicações para conter a disseminação da doença, o uso de máscaras e de álcool em gel para higienizar as mãos, o distanciamento social e determinações para evitar aglomerações representaram mudanças expressivas nas dinâmicas da maior parte das cidades pelo mundo (WHO, 2022).

Em regiões urbanas muito populosas, a reunião de pessoas em shows, academias esportivas, eventos, universidades, shoppings e metrô se alterou (REIS-FILHO, QUINTO, 2020). Na mobilidade urbana, evitando-se as aglomerações, ações fomentando modos motorizados de micromobilidade, tais como patinetes eletrônicos e scooters, bicicletas e mesmo passeios à pé se tornaram mais comuns em cidades chinesas, por exemplo (LOURENÇO e CHIQUETTO, 2020).

Em São Paulo, quinta cidade mais populosa do globo, os impactos foram imediatamente sentidos, mas as reverberações não foram iguais pelo território, uma vez que a capital paulista possui desigualdades e vulnerabilidades socioeconômicas e territoriais que são anteriores à chegada do vírus. Além disso, a cidade já passava por algumas mudanças atreladas a crises ou desenhos econômicos, políticos e sociais que apontavam para novas configurações urbanas; o que foi certamente agravado pela pandemia.

Historicamente, o desenho das cidades sempre esteve atrelado a fenômenos econômicos, sociais e ambientais, sem excluir as relações com a saúde, higiene e doenças. Sobre tudo porque a aglomeração de pessoas em um ambiente como o urbano transforma a população em vetores de transmissão de doenças. Assim, em vários momentos anteriores, pandemias, epidemias e a busca por cidades mais saudáveis e salubres refletiram em soluções e decisões urbanísticas (MARQUES et al., 2021).

Isso aconteceu também com a Covid-19? Quais as interferências e interlocuções entre o desenvolvimento urbano e a doença, no caso da cidade paulista? A territorialização da pandemia refletiu diretamente as desigualdades estruturais da cidade? Que novas configurações urbanas conformam ao longo da crise sanitária? Essas são algumas das questões a serem abordadas neste capítulo, a fim de contemplar dois eixos de análises propostos: 1) assinalar dinâmicas urbanas pré-existentes em São Paulo e suas relações diretas com a pandemia; 2) apontar perspectivas socioeconômicas e territoriais que já estavam em andamento e foram evidenciadas pela Covid-19.

Para avançar nessas análises, a estrutura proposta do capítulo traz, inicialmente, um olhar histórico sobre a construção territorial de São Paulo e sobre a pandemia no Brasil e na cidade. Em um segundo momento, apresentam-se as ferramentas metodológicas usadas para o desenvolvimento das reflexões em ambos os eixos. Posteriormente, são apresentados e discutidos os principais *insights*, a partir dos resultados alcançados no estudo. Finalmente, destacam-se as possíveis intersecções deste estudo com o campo da Saúde Global e da Sustentabilidade.

Um olhar para a São Paulo pré-pandemia

São Paulo nasceu em uma colina entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, onde se instaurou a Ordem dos Jesuítas e, por muito tempo, seus limites urbanos foram ditados pela presença destes corpos d'água. Desde sua fundação em 1554 até o início do século XX, a configuração urbana estava concentrada na região central, se expandindo aos poucos e em detrimento da constituição de chácaras e loteamentos no entorno desta área. A transposição das barreiras impostas pelas águas foi um importante marco para o posterior espraiamento da cidade (REIS FILHO, 2004; FERRAZ, 2011).

Essa configuração refletia, naquele momento, o cenário predominante no Brasil até meados do século XX: a população era principalmente rural, subordinada às atividades econômicas agrárias. Até 1950, cerca de 33 milhões de brasileiros viviam em áreas rurais, em confronto com aproximadamente 19 milhões vivendo em cidades. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que a população em São Paulo era de cerca de 239.820 pessoas em 1900, aumentando de forma exponencial a cada década, como mostra o Gráfico 1 (IBGE, 2006, 2022), consolidando o predomínio da condição urbana (DEÁK, 2010).

Hoje, o território paulistano se estende por 1.521,202 km² e há uma estimativa populacional de mais de 12 milhões de pessoas. Quando considerada toda a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que abarca 39 municípios do seu entorno, a população se amplia para mais de 22 milhões, o que representa quase 50% da população total do Estado de São Paulo (IBGE, 2022).

Assim como ocorre em relação à distribuição da população pelo Estado, na cidade de São Paulo há regiões mais e menos adensadas e com maiores vulnerabilidades contrastando com espaços onde estão as concentrações de renda mais altas do país. Mas isso não significa que o entendimento destas dinâmicas é simples, uma vez que elas se conformaram, muitas vezes, em detrimento do aumento populacional.

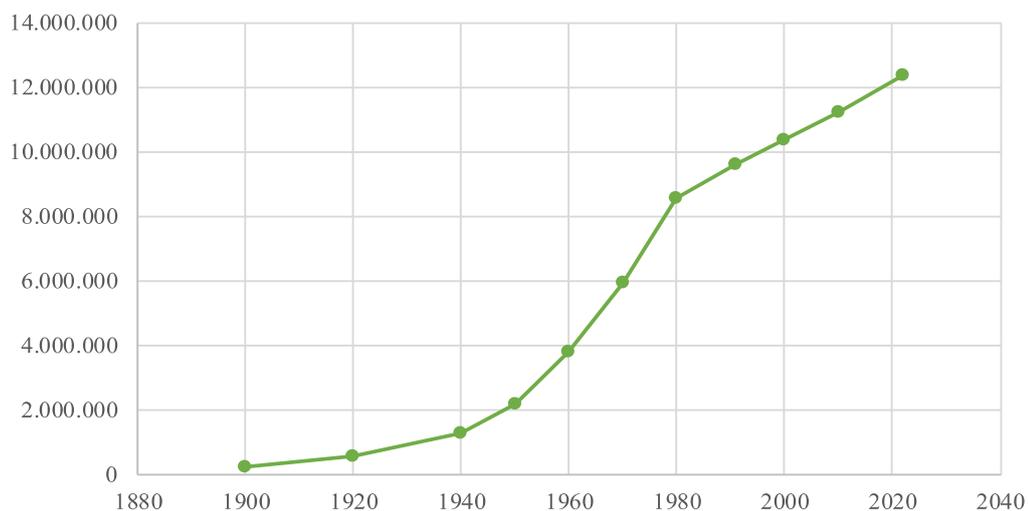


Gráfico 1 – Estimativa populacional de São Paulo, de 1900 até 2022

Fonte: Baseado em IBGE, 2006, 2022.

Villaça (1998, 2010) discute o processo de urbanização em suas diversas fases, e relata uma relação intrínseca entre crescimento da população urbana, atividades econômicas e desordens sociais. Para o autor, é claro que a ausência de planejamento efetivo e ações de Estado ao longo de todo o século XX – mesmo em face da necessidade que as levas populacionais trouxeram – auxiliou a conformar diversas cidades, como São Paulo, à configuração atual.

O urbanismo surge como vocábulo na França e é trazido para o Brasil em uma clara associação à arte e ao embelezamento urbano, o que explica ações como os diversos planos de embelezamento pelos quais algumas cidades, como São Paulo, passaram no fim do século XIX e início do XX. A referência era o Plano de Haussmann para Paris, em 1853 o que, para Villaça (2010), explica a aderência do urbanismo ao ensino da arquitetura no Brasil:

Essa foi a razão pela qual o ensino do urbanismo nasceu no Brasil junto com o ensino da arquitetura. Mesmo quando o urbanismo era ensinado nas escolas de engenharia, desenvolveu-se entre os engenheiros arquitetos. Se o aspecto sanitário ou de saúde pública tivesse dominado no urbanismo brasileiro, este ter-se-ia desenvolvido nas faculdades de Medicina (VILLAÇA, 2010, p. 205).

Esse processo não impediu, entretanto, que faces do sanitarismo fossem adotadas em algumas operações urbanas de cidades brasileiras. O engenheiro Saturnino de Brito foi um dos

principais defensores do urbanismo sanitarista, e seu projeto para a cidade de Santos é um dos principais nesta vertente. Contudo, para cidades como São Paulo, este tipo de urbanismo muitas vezes representou os desejos da classe dominante de sanitizar determinadas áreas e expulsar dos seus espaços dominantes a população de menor renda (VILLAÇA, 2010).

Bógus e Pasternak (2015) reiteram essa ideia a partir dos processos de expulsão da população de classe social mais baixa do centro da cidade de São Paulo para as periferias distantes. Ao longo de todo século XX, a infraestrutura urbana se consolidava na região central e em suas adjacências, não alcançando as regiões mais distantes, não apenas do próprio município paulista como de cidades adjacentes e pertencentes à RMSP, sobretudo no eixo leste.

Esta organização do território não é exclusiva da cidade de São Paulo, mas fica bastante clara nela. Estudos de Maricato (1996), Sposati (1996), Porta (2004), Marques e Torres (2005) e Rolnik (2022) tratam da história da construção do território paulista a partir das desigualdades de distribuição populacional, considerando suas rendas, o domínio de classes altas e os processos econômicos. Para os autores, a economia é um dos principais agentes transformadores das áreas urbanas e movimentos como o sanitarismo, apenas para citar um exemplo já assinalado, serviram a ela.

A capital paulista é resultado de um conjunto complexo de processos econômicos, mas também políticos que ocorrem há décadas. A desigualdade se acentuou historicamente com o deslocamento forçado de parcelas da população das regiões mais centrais para espaços distantes, com a ocupação de áreas verdes, mananciais e entornos de rios e a constituição de loteamentos irregulares e favelas, que foi ainda mais intenso a partir dos anos 1970 (SALATA e RIBEIRO, 2021).

Para Rolnik (2022), a cidade se segmentou de forma cada vez mais brusca a partir dos anos 2000, tanto pela atuação do próprio setor imobiliário nos espaços urbanos construídos quanto pelas divergências econômicas. Ao mesmo tempo em que as favelas se ampliaram, uma parcela da população optou por habitar áreas muradas e ditas seguras e saudáveis, também distantes dos centros.

Conforme sinalizado por Bógus e Pasternak (2015), esta tendência indica que, ainda hoje, existe uma forte dualidade na configuração centro-periférica de São Paulo, mas com novos contornos. Nas duas primeiras décadas do século 20, sobretudo, a ocupação de regiões distantes do centro da cidade deixou de ser exclusiva da população de baixa renda e tornou-se uma escolha para algumas parcelas da população mais rica, através da configuração dos condomínios fechados ao modelo americano.

Entretanto há diferenças enormes: os condomínios fechados se organizam, principalmente, ao longo de eixos de mobilidade consolidados – como grandes rodovias da

região sudoeste da cidade; enquanto as áreas mais vulneráveis, social, ambiental e economicamente, se expandem nas áreas sudeste e leste da capital paulista. Muitas vezes, essas últimas se configuram por meio de favelas ou comunidades¹ com pouca mobilidade e com outros problemas de infraestrutura contundentes, como ausência de redes de água e esgoto tratado, coleta de lixo e acesso à internet e energia elétrica regulares (MIRANDA, 2021). Ou seja, o território paulista é pautado por grandes dualidades, mas que tem mostrado uma tendência: a de esvaziamento da área central em detrimento da ampliação das fronteiras e periferias, por parte de populações com perfil socioeconômico totalmente diferentes. Quando da eclosão dos casos de Covid-19, este era o cenário urbano que se conformava em São Paulo.

Dados e reflexões sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil e em São Paulo

Uma pandemia é definida por ser uma doença nova e/ou desconhecida até então e que possui disseminação global. O termo se aplica quando uma epidemia, que inicialmente afetava uma região específica, se espalha por todos os continentes, com uma forte transmissão direta entre indivíduos (WHO, 2022).

A Covid-19 foi declarada como pandemia no início do mês de março de 2020, quando diversos países já vinham apresentando uma quantidade crescente de casos do Sars-CoV-2. No Brasil, o vírus teve sua porta de entrada na cidade de São Paulo onde foi confirmado o primeiro caso da doença, em 27 de fevereiro de 2020 (SMS, 2022).

Os dados brasileiros apontam para um total de casos, até setembro de 2022, de 34.624.427 e de 685.750 óbitos (SUS e MS, 2022). Para a cidade de São Paulo, os números registrados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS, 2022) em setembro de 2022 são de 2.286.113 casos e 43.836 óbitos. Esse número ainda indica que a capital tem quase metade de todos os casos de Covid-19 identificados em todo o Estado, com alguns picos de maior e menor incidência da doença, mas com queda do número de óbitos a partir da vacinação, que iniciou em 2021 (Figura 1).

A análise dos dados sem relações espaciais, entretanto, não permite identificar alguns pontos que estão relacionados com as características urbanas de São Paulo comentadas

¹ Segundo o IBGE (2011), as áreas de favelas podem ser denominadas de aglomerados subnormais e são áreas de ocupação irregular em terrenos particulares ou públicos para fins de habitação e que se configuram por carências infraestruturais e por urbanização precária. São usados como sinônimo de favelas.

anteriormente, e que podem mostrar padrões importantes para compreender a pandemia na cidade. Com a existência de uma série de desigualdades socioeconômicas e territoriais, é possível verificar, a partir de uma análise sobre número de casos, óbitos, internações e distribuição de doses da vacina contra a Covid-19, que há diferenças claras entre regiões da cidade. Além disso, mesmo com a tendência de diminuição dos números de casos e da retomada de atividades econômicas, algumas conformações territoriais parecem ter novas configurações, que se acentuaram no decorrer da pandemia.

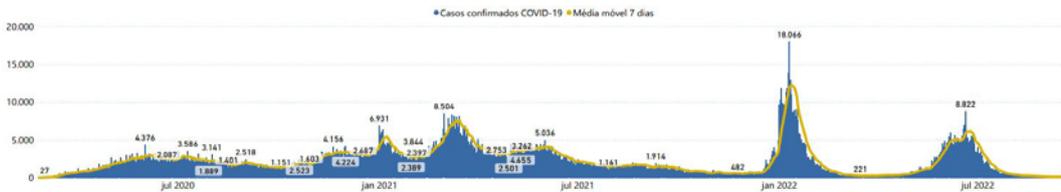


Figura 1 – Gráfico de casos de Covid-19 confirmados em São Paulo, até 21/09/2022

Fonte: SMS, 2022.

METODOLOGIA

A partir de uma pesquisa descritiva (BARROS e LEHFELD, 2007), baseada na consulta e coleta de dados de bibliografia científica e/ou literatura cinza e documentos, é possível compreender as dinâmicas da pandemia de Covid-19 e suas relações com o território de São Paulo, tanto quanto das dinâmicas urbanas da cidade e das mudanças que se atrelam às perspectivas econômicas e sociais, acentuadas pela crise sanitária.

O conjunto de dados recolhido foi analisado a partir de dois eixos centrais: a pandemia como fator de agravamento de dinâmicas urbanas anteriores; e novas perspectivas socioeconômicas e suas relações com a cidade.

A partir dos achados bibliográficos e/ou documentais, é possível trabalhar sobre a hipóteses destas duas ocorrências, definidas em eixos que, em comum, apresentam a perspectiva de que a pandemia afetou diretamente as configurações urbanas.

RESULTADOS

As informações apresentadas anteriormente revelam alguns predecessores urbanos da Pandemia de Covid-19 na cidade de São Paulo, bem como indicam dados sobre os casos no Brasil e especificamente no território paulista. A seguir, são realizadas articulações diretas entre estes temas.

A pandemia como agravante de dinâmicas urbanas pré-existentes

Desde a declaração de pandemia de Covid-19 em março de 2020, uma série de medidas sanitárias foi orientada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Muitas delas tiveram a capacidade de reformular por completo o cotidiano das populações ao redor do globo. Uma das que mais reverberaram no contexto urbano foi a orientação de distanciamento social que gerou, nas cidades, uma preocupação constante com a circulação de pessoas e com a sua concentração para exercer tanto suas funções sociais quanto econômicas e de lazer (WHO, 2022).

A chegada do vírus no Brasil, a partir da cidade de São Paulo, e a rapidez de seu espalhamento fez com que muitas atividades econômicas passassem a ser realizadas remotamente, com empresas adotando o *Home Office* – regime onde os funcionários fazem seus trabalhos de suas casas e conectam-se por redes de computadores e internet, geralmente.

Essa foi uma importante medida para conter a disseminação do vírus, mas gerou importantes contrastes: em primeiro lugar, parte das atividades econômico-produtivas não pode ser realizada de forma remota, levando funcionários a serem expostos ao vírus ao saírem de casa; em um segundo momento, a falta de consumo em determinados setores fez com que a economia atingisse uma crise persistente que ampliou os níveis de desemprego no país; e, finalmente, este movimento em alguns casos tornou-se permanente e tem ajudado a moldar novas perspectivas de ocupação urbana (COSTA, 2020).

Vulnerabilidades urbanas e exposição ao vírus

As grandes desigualdades estruturais da cidade de São Paulo já existiam quando da chegada do coronavírus. Parte da população vivia em áreas de vulnerabilidade social,

econômica e ambiental, em regiões periféricas da cidade, dependentes de transporte público coletivo para seus deslocamentos diários e, muitas vezes, ocupando postos de trabalho autônomos e/ou informais.

Este relato inicial aponta para alguns cenários: 1) as áreas de vulnerabilidade social nem sempre se encontravam preparadas para uma emergência sanitária; 2) a maior parte da população destas regiões não apresentava condições de teletrabalho tanto pelas suas funções exercidas quanto pela inexistência de infraestrutura e equipamentos adequados a tal; 3) grandes parcelas ainda precisavam deslocar-se pela cidade para manter seus postos de trabalho e utilizavam, predominantemente, o transporte público para isso; 4) diversos empregos foram perdidos neste período.

Os cenários, assim, conformam uma realidade: foi em regiões periféricas de São Paulo que a contaminação pela Covid-19 se ampliou de forma mais rápida, sobretudo a partir de trabalhadores que não podiam realizar suas atividades de casa e, com isso, deslocavam-se pela cidade (LABCIDADE, 2022b).

Para Miranda (2021), os moradores das áreas da periferia da cidade eram os mais sujeitos a adoecerem e morrerem com a Covid-19, uma vez que permaneceram usando o transporte público já que não possuíam condições econômicas de aderirem ao isolamento social. Mais do que isso, a autora assinala que as próprias condições de moradia precária auxiliaram na eclosão de casos: muitas das habitações de áreas vulneráveis possuem poucos cômodos em relação ao número de moradores e pontos limitados de água potável para a adoção de medidas como a lavagem constante das mãos para evitar o contágio.

Assim, é possível estabelecer uma articulação espacial entre a Covid-19 e as condições sociais da população paulistana. O LabCidade, laboratório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), acompanhou os dados divulgados a respeito da pandemia e sua distribuição espacial, relacionando a quantidade de casos, hospitalizações, óbitos e vacinação com as determinantes sociais e as territorializações em São Paulo. Como produtos, foram confeccionados uma série de mapas que serão discutidos a seguir, relacionando às condições urbanas pré-existentes (LABCIDADE, 2022a).

As Figuras 2 a 6 trazem mapas que, segundo Rolnik (2022), exemplificam que a pandemia de Covid-19 recebeu na cidade de São Paulo um tratamento “classemediocêntrico”, o que significa que as parcelas mais pobres da população ficaram desassistidas pelas medidas de contenção da doença. O primeiro mapa, Figura 2, traz o número de óbitos pela Covid, já no primeiro momento da pandemia, distribuído pelos Distritos da cidade e mostra que em regiões com concentração de cortiços e favelas das zonas leste, norte e sul, o número de óbitos foi mais acentuado entre os dias 11/03/2020 e 30/04/2020. Enquanto isso, o eixo sudoeste, onde se encontra a população de maior renda, apresentou a menor quantidade de óbitos.

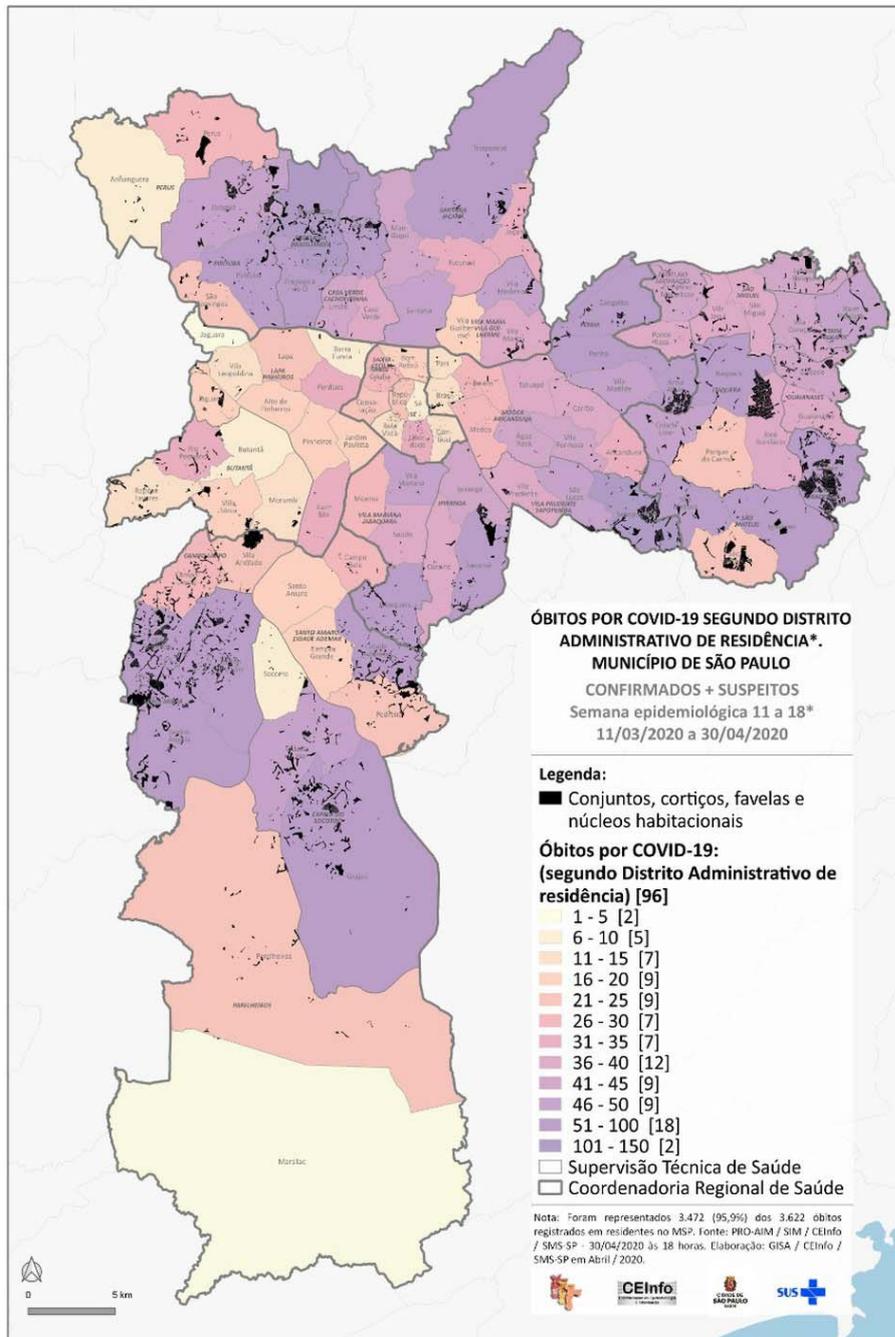


Figura 2 – Mapa de óbitos por Covid-19 por Distrito de São Paulo (11/03/2020-30/04/2020)

Fonte: LabCidade, 2022b

A Figura 3 estende essa análise para um período maior, entre março de 2020 e março de 2021, mas continua corroborando o dado anterior: a mortalidade foi maior nos extremos norte, sul e leste do município de São Paulo. Essas são regiões que, tradicionalmente, já estão expostas a um conjunto de vulnerabilidades socioambientais, dificuldades de acesso à saúde de qualidade, moradias com condições de habitabilidade e higiene precárias, bem como densidades elevadas de ocupação foram mais atingidas pelas mortes por Covid-19.

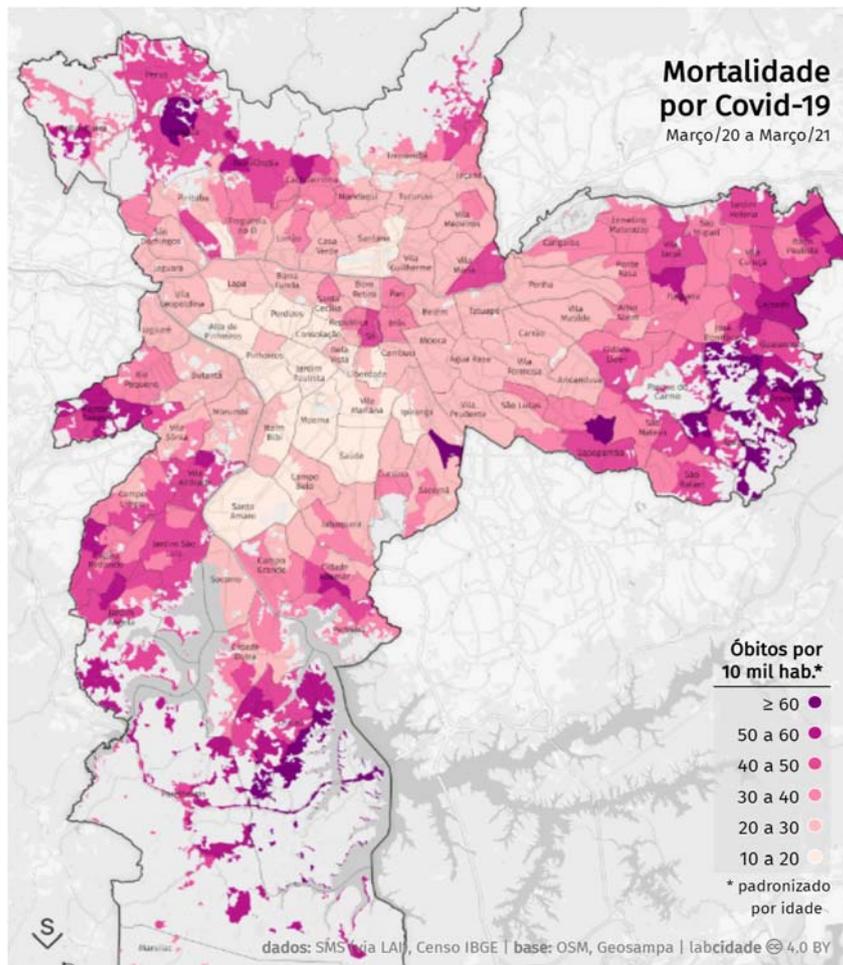


Figura 3 – Mapa de mortalidade por Covid-19 em São Paulo (março/2020-março/2021)

Fonte: LabCidade, 2022b.

A Figura 4 amplia esta análise quando traz números não apenas de óbitos, mas das hospitalizações na cidade de São Paulo e as relacionam com um fator fundamental no espalhamento das infecções por Covid-19: o transporte público. Sabe-se que desde o início de seu desenvolvimento, São Paulo é um município de base rodoviária, que prioriza a circulação de automóveis individuais em detrimento dos meios de transporte públicos (VILLAÇA, 2010).

Neste sentido, a ausência de uma maior quantidade de linhas de transporte público para minimizar a quantidade de pessoas a cada viagem, bem como de uma maior qualidade, implica uma quantidade grande de usuários. Nesse contexto fica explícito nos mapas dois dos cenários apontados anteriormente: em áreas mais vulneráveis, a possibilidade de realizar teletrabalho e distanciamento social era limitado e os principais deslocamentos ocorreram por transporte público. Assim, nas regiões com mais viagens por transporte público as infecções foram maiores e, em consequência, o número de hospitalizações também foi maior.

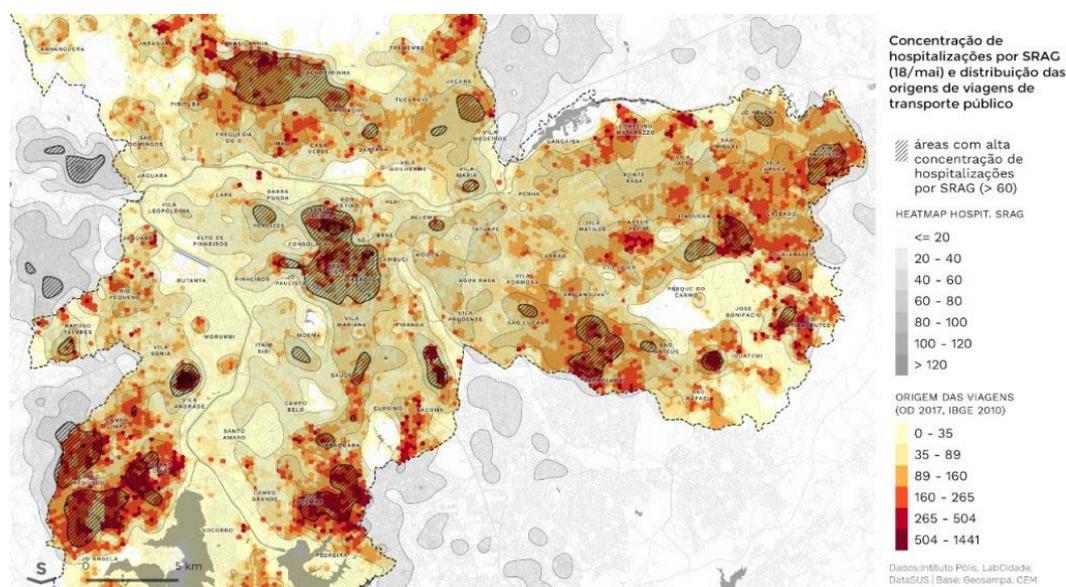


Figura 4 – Hospitalizações por SRAG (Síndrome respiratória aguda grave) e Covid-19 e pontos de origem de viagens por transporte público

Fonte: LabCidade, 2022b

Nesta análise, mais uma vez, destacam-se zona norte e extremos sul e leste, mas o centro da cidade também apresenta um número elevado de hospitalizações nesta análise. Um motivo possível e apontado pelos estudos conduzidos pelo LabCidade (2022b) é a

condição do centro enquanto um ponto nevrálgico para interligação de diversos modos de transporte públicos, bem como as grandes concentrações de postos de trabalho que não se transferiram para o teletrabalho na região. Além disso, destaca-se a ocupação pela população de rua nesta área, que será discutida posteriormente, mas que certamente pode trazer reflexos para o aumento dos casos ali.

As divergências, entretanto, não permaneceram apenas quando se trata dos casos de Covid-19 na capital paulista. A Figura 5 indica que a distribuição das primeiras doses da vacina também não atendeu às necessidades territoriais apontadas anteriormente. Enquanto as infecções cresciam nas regiões da cidade mais carentes, como é o caso da Zona Leste, a vacinação no eixo sudoeste da cidade apresentava-se muito mais significativa até o dia 12 de julho de 2021, devido ao perfil populacional. Importante situar que a vacinação iniciou pelos profissionais da saúde e, posteriormente, utilizou o critério etário para sua aplicação. Ressalta-se, que entre as populações mais vulneráveis, estão os maiores de 65 anos ou menores dessa idade, com comorbidades (IOANNIDIS et al., 2020).

Mais uma vez, há um descolamento entre a necessidade real e as diretrizes de vacinação, indicando que o fato de a população das classes de renda mais baixa estar mais exposta ao vírus não significou que a aplicação das doses começasse por ela.

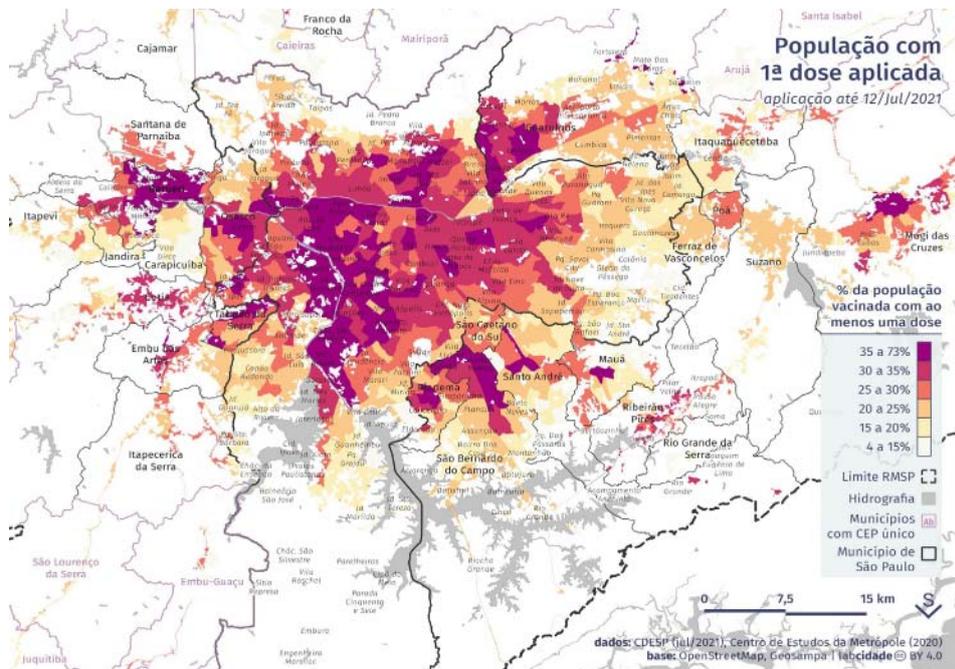


Figura 5 – Aplicação da primeira dose da vacina na população até 12/julho/2021

Fonte: LabCidade, 2022b

Na Figura 6, é realizada uma comparação destes mapas, deixando clara a divergência entre população mais atingida e/ou exposta ao vírus e a aplicação das vacinas contra a Covid-19.

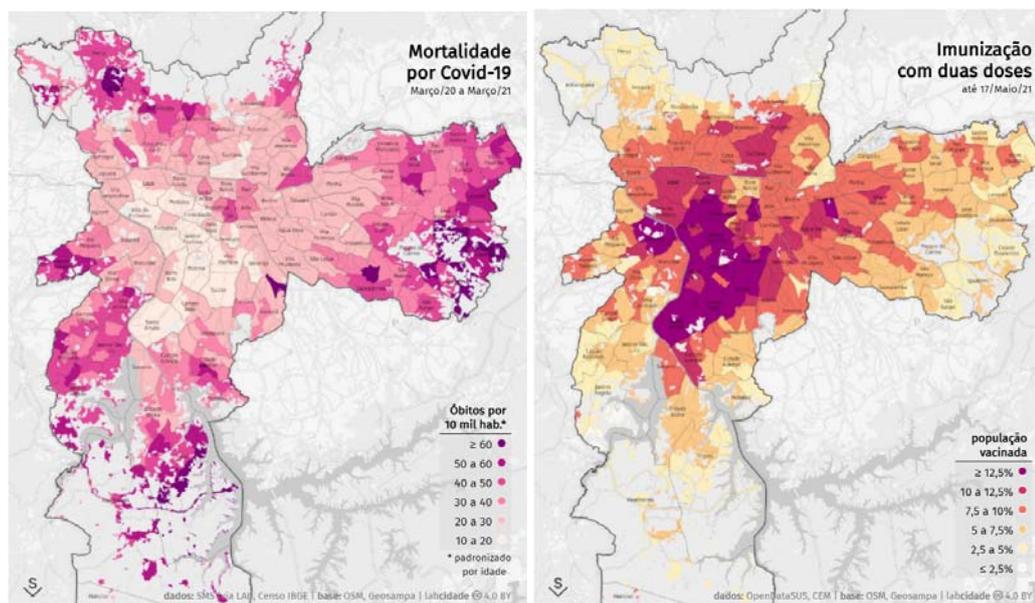


Figura 6 – Comparação entre os mapas de Mortalidade por Covid-19 (de março/2020 a março/2021) e de Imunização por duas doses (até maio de 2021)

Fonte: LabCidade, 2022b

Embora os mapeamentos e análises do LabCidade já deixem claras as relações entre Covid-19 e as dinâmicas da cidade, reforçando as tendências de desigualdade verificadas anteriormente; os estudos do Laboratório não foram os únicos a explicitarem este contexto. As análises da Rede Nossa São Paulo, uma organização da sociedade civil fundada em 2007 e que atua em prol da proposição de agendas mais sustentáveis para as cidades, considerando o apoio à gestão pública para a consolidação de políticas inclusivas (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2021), também são relevantes nesse cenário.

Considerando os 96 distritos de São Paulo, a Figura 7 apresenta um panorama de casos de internação por Covid-19 que foram a óbito, indicando a predominância de óbitos nos distritos nas zonas Leste e Norte da capital paulista entre janeiro e julho de 2021. A região sudoeste, eixo de classe social mais alta da cidade, é a que apresenta os menores índices, o que reforça, novamente, as condições explicitadas anteriormente: nas áreas de população de menor renda, o número de óbitos pela pandemia foi mais expressivo.

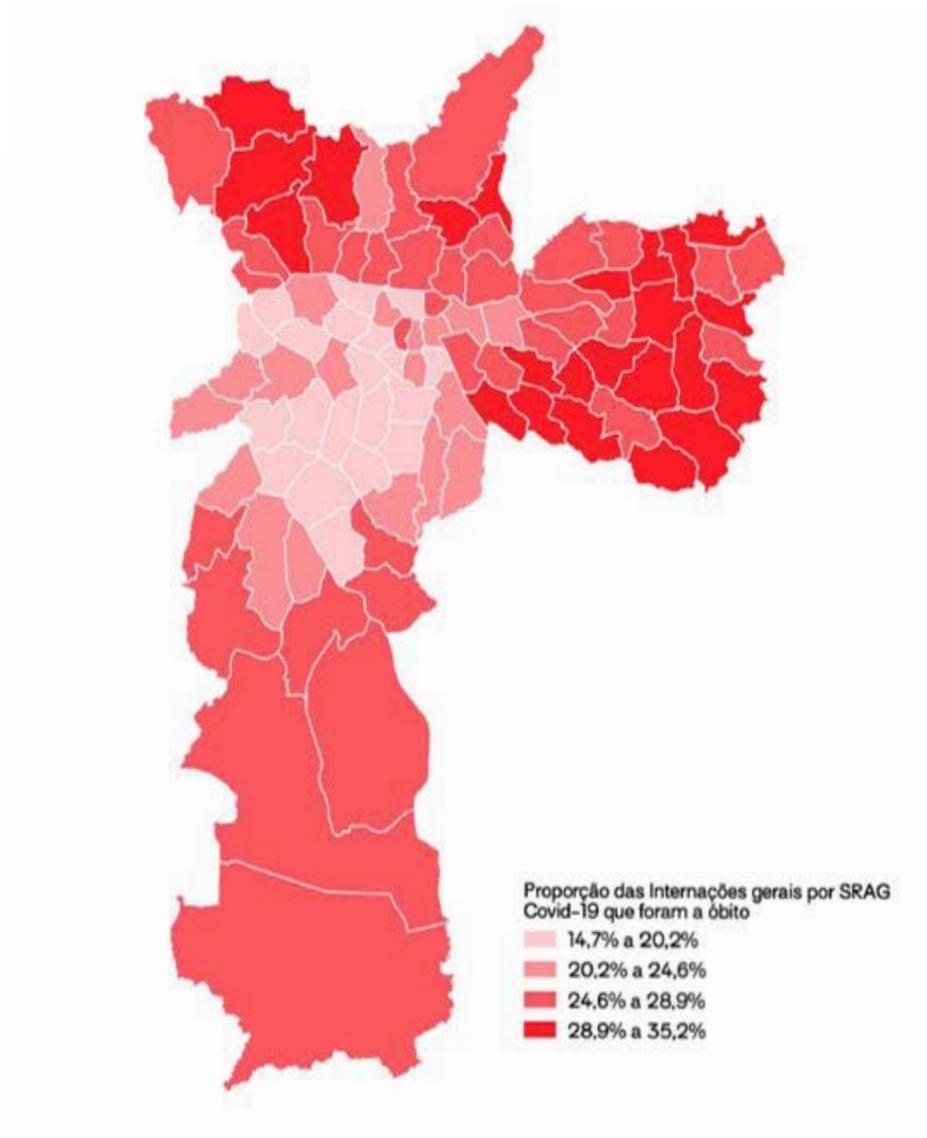


Figura 7 – Mapa de interações que geraram óbito por Covid-19 entre janeiro e julho de 2021

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2021.

Uma análise dos dados publicados pela Rede Nossa São Paulo (2021) sinaliza que, dentre estes territórios, a região do Parque do Carmo, na Zona Leste da cidade de São Paulo, registrou a maior taxa de mortalidade por Covid-19 em 2021. De todos os indivíduos que contraíram a doença neste distrito, mais de 23% vieram a óbito, enquanto a média da cidade foi de cerca de 18% no período.

Também estavam na Zona Leste os territórios de São Miguel, Itaim Paulista e São Mateus; e na Zona Norte, Penha e Freguesia-Brasilândia, que registraram os menores números de leitos de UTI disponíveis para pacientes com Covid-19 em 2021. Os dados convergem com as pesquisas da mesma instituição (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2021) sobre a relação entre mortalidade por Covid-19 e renda familiar mensal. Os estudos indicaram que em subprefeituras e/ou distritos onde a renda média é mais baixa, como Lajeado, Perus, Parelheiros, Cidade Tiradentes e São Rafael, o coeficiente de mortalidade permaneceu mais elevado.

Segundo as análises da Rede Nossa São Paulo (2021), estes índices também se relacionam diretamente com alguns determinantes importantes que foram levantados em pesquisas realizadas com internautas sobre a pandemia de Covid-19 e suas reverberações. Para 46% das pessoas que responderam o questionário aplicado pela organização a moradores das classes ABC da cidade, o local de trabalho não mudou com a pandemia (ou seja, o *Home Office* não foi adotado); 42% perderam totalmente sua fonte de renda; e, finalmente, 40% delas indicaram que uma das principais desvantagens da pandemia em São Paulo era a desigualdade entre regiões da cidade.

População em situação de rua

As desigualdades foram e têm sido fator de preocupação durante a pandemia de Covid-19, em seus diversos âmbitos. Contudo, a população em situação de rua é uma das mais vulneráveis. Dois pontos específicos são importantes neste contexto: a exposição da população de rua ao vírus é ampla; e a própria pandemia tem contribuído para exacerbar ainda mais o número de moradores na cidade de São Paulo nesta situação.

Se a instabilidade gerada pela crise da Covid-19 já era preocupante para a população que vive em áreas de vulnerabilidade social, entende-se que o atingimento pela população de rua pela doença também foi um fator de atenção (LABCIDADE, 2022a). Os pesquisadores do LabCidade chamam atenção para a imprecisão dos números e registros em relação a moradores em situação de rua que contraíram ou que foram a óbito em decorrência da infecção por Covid-19.

No mesmo sentido, a Figura 8 traz um gráfico produzido a partir de duas fontes de dados: o Projeto Recovida e a Prefeitura Municipal de São Paulo, ambos cobrindo o período entre abril de 2020 e maio de 2021. Embora eles permitam ter um panorama geral sobre os óbitos da população de rua, há grandes divergências entre eles.

É possível visualizar que os dados oficiais da Prefeitura Municipal permanecem muito inferiores aos do Projeto. Este último é uma parceria entre docentes e pesquisadores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME-USP) e servidores da Secretaria de Saúde da Prefeitura de São Paulo. Um dos principais eixos de pesquisa do Recovida é fazer pesquisa territorial, identificando as características urbanas e as condições de moradia da população, sinalizando a sua influência na disseminação da pandemia e na mortalidade pela Covid-19 (RECOVIDA, 2022).

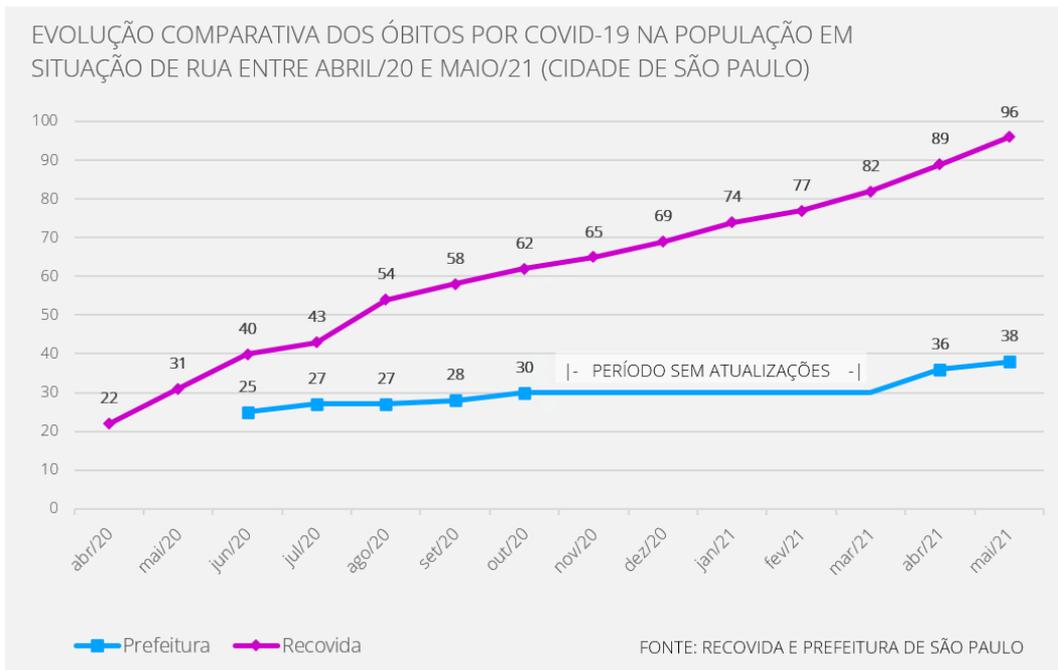


Figura 8 – Gráfico de óbitos em população de rua de São Paulo entre abril/2020 e maio/2021

Fonte: LabCidade, 2022a

Esta análise indica relações claras entre pandemia da Covid-19 e agravamento de desigualdades sociais em consonância com dinâmicas territoriais e habitacionais na cidade de São Paulo.

É o que aponta, também, a ampliação da população em situação de rua no município, decorrente da crise econômica provocada pela pandemia e que fez com que muitos indivíduos perdessem suas fontes de renda.

Segundo o Comitê Intersetorial da Política Municipal de São Paulo para a População em Situação de Rua (Comitê PopRua), no ano de 2019, a cidade apresentava cerca de 24.344 moradores de rua cadastrados pelo Censo. Para o ano de 2021, o levantamento feito indicou 31.884 pessoas vivendo em situação de rua – um aumento de mais de 30%. A maior parte desse aumento se concentra na subprefeitura da Sé, com destaques para os distritos da Sé e da República. O que não significa que em outros bairros da cidade esse aumento não tenha sido significativo também (COMITÊ POPRUA, 2022).

A Figura 9, extraída do Censo realizado pelo Comitê PopRua em 2021 e divulgado no início de 2022, territorializa essa realidade. Ela indica os distritos do município que apresentam os maiores índices de população de rua e, como assinalado, dão destaque para o eixo central.

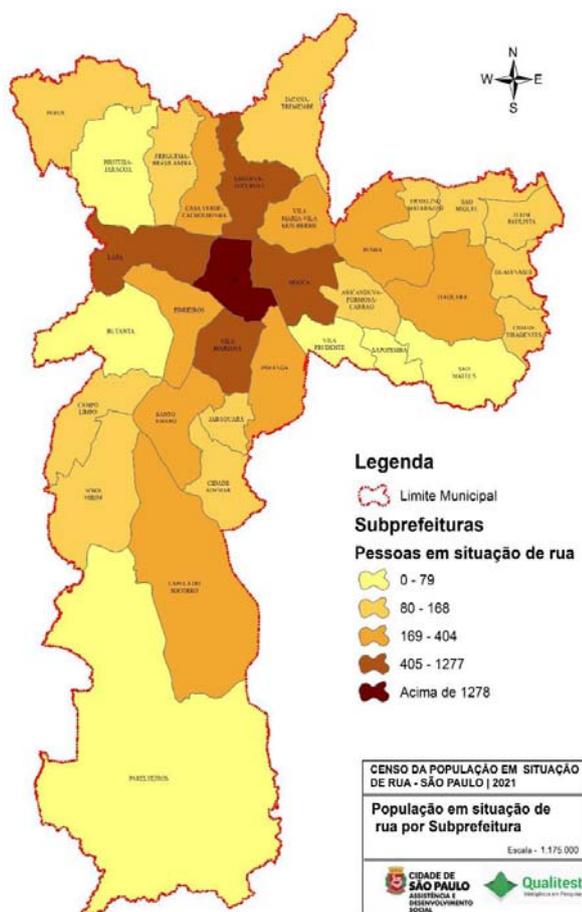


Figura 9 – Mapa de pessoas em situação de rua por subprefeitura

Fonte: Comitê PopRua, 2022.

Mas, por que a região central da cidade é a mais ocupada pela população de rua? O esvaziamento populacional para moradia nesta área nos últimos anos pode ser um fator importante e que auxiliará a realizar uma ponte entre as desigualdades e as novas perspectivas urbanas, segundo eixo de análise deste capítulo.

Novas perspectivas socioeconômicas refletidas nas cidades

A cidade de São Paulo tem sido palco de transformações que não são novas, em sua maioria, mas que a pandemia acentuou ou acelerou. A seguir, dois aspectos importantes desta discussão serão assinalados: por um lado, a forte atuação dos planos urbanos na área central da cidade e, por outro (e na contramão), as tendências territoriais de fuga da população das classes mais altas para as regiões adjacentes ao município.

Configuração urbana central de São Paulo

O setor central de São Paulo tem sido alvo de especulações a respeito de projetos de recuperação urbana. Sobretudo a partir de 2018, quando foi divulgado o Projeto de Intervenção Urbana (PIU), que inclui as regiões da Sé, República, Brás, Belém, Pari, Bom Retiro e Santa Cecília, em um perímetro de 2.098 hectares (GESTÃO URBANA SP, [2020]).

No PIU Centro, como é conhecido, o incentivo à habitação é o principal mote, incluindo propostas para a atração de até 220 mil moradores para a área, com qualificação do território e fortalecimento de uma região que já contempla uma série de infraestruturas de mobilidade e setores econômicos. O projeto tenta, justamente, minimizar a saída de moradores do local como tem acontecido recentemente e reforça as ações propostas pelo urbanismo teórico contemporâneo que, segundo Deák (2010), prioriza o adensamento em áreas onde as infraestruturas urbanas já estão consolidadas e onde é possível realizar o maior número de atividades a partir dos deslocamentos a pé.

Embora o projeto seja liderado pela Prefeitura Municipal, parte das intervenções é custeada por atores privados a partir da outorga onerosa do direito de construir: um instrumento urbanístico previsto nos Planos Diretores Estratégicos (PDE) municipais, onde paga-se pela construção além dos limites estabelecidos em lei desde que esta proporcione benefícios para a cidade (GESTÃO URBANA SP, [2020]).

A proposta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano é que a principal população atendida pelo Projeto Urbano seja a de baixa renda, para a qual devem ser

destinadas 40% das moradias produzidas. Há também melhorias previstas para equipamentos públicos e projetos de preservação em áreas de patrimônio histórico, arquitetônico, ambiental e cultural.

O projeto, que conta também com consultas populares e participação da sociedade civil, está em andamento desde antes da eclosão da pandemia, mas ainda não apresentou nenhuma pauta capaz de sinalizar soluções que contemplem a população em situação de rua da região que cresceu nos últimos dois anos. Ao contrário, propõe a reforma de áreas de calçadas, edifícios e terrenos abandonados ou que não sejam potencialmente usados; bem como a revitalização de Parques, do Largo do Arouche e da Praça Roosevelt, além da criação do Parque Minhocão e da concessão da cobertura do Martinelli ao setor privado, visando a implantação de equipamentos de interesse do público em geral (GESTÃO URBANA SP, [2020]).

O fator preocupante é que o processo de revitalização parece seguir na contramão do que se poderia imaginar, e assim como no urbanismo sanitário e de embelezamentos (VILLAÇA, 2010), não é capaz de auxiliar a população de rua em sua reinserção na sociedade, adequação às condições de salubridade e saúde humana ou conquista de uma moradia. A tendência é que os moradores da região sejam gradualmente expulsos para outras áreas adjacentes, sem que o problema de fato seja solucionado. Esse tipo de ação se distancia de qualquer planejamento e desenvolvimento urbano sustentável (FIGUEIREDO et al., 2021).

O termo “Desenvolvimento urbano sustentável” não é consensual em sua definição. Sua referência na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade indica um modelo ideal de desenvolvimento, de caráter normativo (dever ser) (SOUZA, 1998). Além disso, foros internacionais chefiados pela Organização das Nações Unidas (ONU) têm assinado um desenvolvimento urbano sustentável, resiliente, inclusivo, de baixo carbono e seguro como um modelo a ser buscado: é o caso da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (2015), do Acordo de Paris sobre Mudanças climáticas (2015), Marco de Sendai sobre cidades resilientes e redução de risco de desastres (2015) e Nova Agenda Urbana (Habitat III) (2016) (ROMERO-LANKAO et al., 2018; SOTTO et al., 2019).

Tendências na economia e reverberações na ocupação do território

Segundo Costa (2020), a pandemia da Covid-19 impôs não só desafios à saúde global, mas novas dinâmicas econômicas para os países nos quais a propagação do vírus e as necessárias medidas para sua contenção expuseram desigualdades econômicas e sociais.

Ao final de 2019, no Brasil, os postos de trabalho informais representavam cerca de 37,3 milhões e os impactos da crise sanitária foram enormes para esses trabalhadores.

Em relação ao trabalho formal, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2020) constituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, pela Medida Provisória nº 936, de 2020. Esta medida trouxe a redução da jornada de trabalho e, conseqüentemente, dos salários, como o principal instrumento para evitar demissões em diversos setores, visando minimizar a crise econômica decorrente da Covid-19.

O IBGE, em um relatório que traz os “Indicadores sociais e análise das condições de vida da população brasileira”, de 2021, apresenta a tendência entre os anos de 2012 e 2020 de desocupação da população entre 14 e 60 anos ou mais de idade. Conforme mostra a Figura 10, o ano de 2020 trouxe crescimento expressivo no número de pessoas desocupadas, com um total de 13,8% da população. A maioria jovens entre 14 e 29 anos.



Figura 10 – Taxa de desocupação por grupos de idade no Brasil – 2012-2020

Fonte: IBGE, 2021.

Em seus boletins mensais sobre a economia do Brasil, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) destacam tanto as tendências de melhoria quanto os motivos de retração do setor. Em novembro de 2019, a publicação

denominada “Recuperação doméstica em curso, mas os desafios persistem” destacava que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil estava em crescimento (cerca de 1%). No período, chamava-se atenção para as boas estimativas existentes para os trimestres que se seguiam (FGVe IBRE, 2019).

A pandemia, entretanto, impulsionou uma crise generalizada. Em novo boletim de abril de 2020, os dados da FGV e da IBRE (2020) apontavam que o cenário de economia para o Brasil era alarmante, com perspectivas de crescimento negativo do PIB (-3,4%).

Segundo a publicação (FGV e IBRE, 2020), no início da pandemia, a manutenção da economia brasileira se apoiou na produção e comercialização de bens não duráveis e de primeira necessidade. Além de altos índices de desconfiança e incerteza, verificou-se a alta taxa de desemprego e a redução salarial de parte significativa da população. Estava constituído, de acordo com o Boletim, o maior desafio econômico global desde a Segunda Guerra Mundial.

Ao longo dos dois anos seguintes, o acompanhamento mensal do Boletim Macro indicava períodos de maior ou menor recuperação dos setores econômicos nacionais. O desenvolvimento e aplicação da vacina contra a Covid-19, desde o início de 2021, foi um dos sinais mais claros de uma retomada da economia mundial. Entretanto, outros processos frearam as melhorias na economia do País, como a guerra entre Rússia e Ucrânia no contexto global, e as eleições no cenário brasileiro (FGV e IBRE, 2022).

Segundo Galindo e Arroyo (2020), dados isolados sobre a economia não deixam claras algumas perspectivas importantes para situar as reverberações da pandemia. A primeira é de que o isolamento social foi uma medida que pode ser adotada prioritariamente pelas classes média e alta, tanto pela sua disponibilidade de espaços cômodos para permanecerem isolados, quanto pela manutenção de sua renda sem riscos de perda de emprego. Além disso, a população de maior renda, em grande medida, buscou o distanciamento dos centros urbanos mais densos, deslocando-se para áreas adjacentes às regiões metropolitanas (GALINDO e ARROYO, 2020). Para São Paulo, o cenário foi o mesmo.

Para Monteiro (2021), essa mesma perspectiva parece evidente. A pandemia de Covid-19 acentuou desigualdades que já existiam no Brasil, pois a população de menor renda dificilmente se adequou à realização do *home office*, que só é possível em determinadas atividades econômicas e com a existência de uma infraestrutura básica e condições econômicas para aquisição de equipamentos.

A Figura 11 mostra Potencial do *home office* no Brasil, por regiões. Nela, evidencia-se que a região Sudeste do país é a que apresenta a melhor infraestrutura disponível para a adoção deste tipo de trabalho: a região Sudeste possui 28% de potencial total para a

implementação do *home office*, ainda que deste percentual 20,8% das pessoas a adotarem esse regime de trabalho possuam infraestrutura pronta e 7,1% não tenham infraestrutura já preparada para tal (MONTEIRO, 2021).

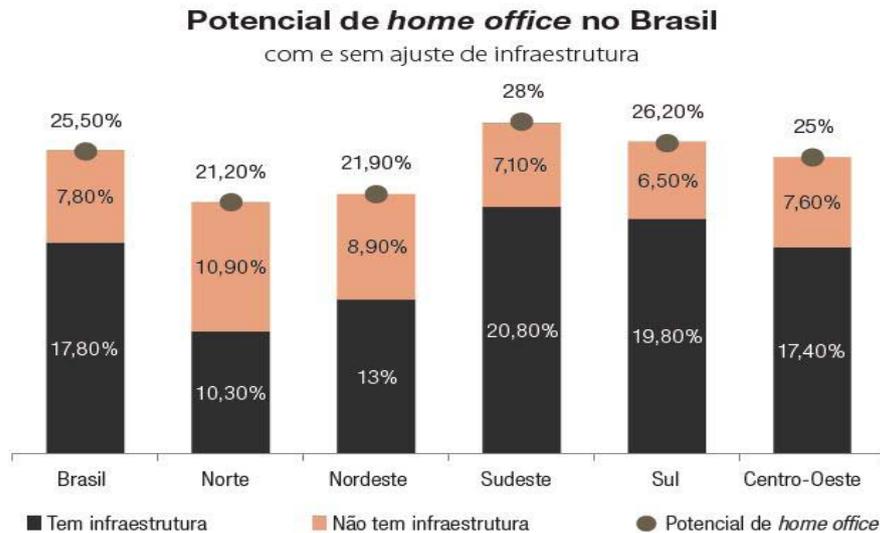


Figura 11- Potencial de *home office* no Brasil

Fonte: Monteiro, 2021, p. 31.

O teletrabalho ressalta, ainda, um aspecto fundamental: ele permitiu maior liberdade geográfica e corroborou com o movimento já em curso de saída de pessoas de áreas centrais e mais densas para as áreas circundantes ou cidades próximas ao centro econômico (MONTEIRO, 2021).

Esta tendência também pode ser reafirmada por dados do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi). Em seu anuário de 2021, o Sindicato apontou um crescimento no número de vendas de imóveis residenciais novos em cidades da RMSP: do ano de 2020 para 2021 houve um aumento de 2,7% nesta oferta. No mesmo período, 3,21% a mais de imóveis em planta foram ofertados. No interior, os destaques foram para as cidades de Sorocaba e Campinas, com aumentos de 18,5% e 17,9%, respectivamente, no número de lançamentos de unidades residenciais de 2020 para 2021 (SECOVI, 2021).

Chama atenção, ainda, o fato de que este movimento faz parte de um processo de recuperação expressiva do setor da construção civil no cenário nacional, retomando uma tendência anterior à pandemia, que ocorria pelo menos desde 2017. Atrás apenas das

exportações, o setor da construção tem alavancado o PIB nacional e vem mostrando bom crescimento no segundo trimestre de 2022 (FGV e IBRE, 2022).

Para Rolnik (2022), há uma grande contradição neste cenário: o *boom* da construção civil e do setor imobiliário contrastam gravemente com uma crise sem precedentes em relação à moradia urbana para a população de baixa renda. De acordo com a autora, a produção imobiliária foi tomada pelos interesses de mercados financeiros que gerenciam a construção de condomínios fechados e shoppings centers, sem atuar sobre a cidade informal ou regiões urbanas de intensas desigualdades e vulnerabilidades. Ela, ainda, está diretamente relacionada com a ocupação de áreas como o centro da capital paulista, repetindo movimentos de discriminação em relação aos moradores mais carentes.

CONCLUSÃO

São Paulo, assim como outras cidades brasileiras, é um território dinâmico que está em constante mudança. Desde sua configuração original uma característica importante foi a dominação do planejamento territorial pelas classes sociais de mais alta renda, com expulsão da população de menor renda para as regiões mais distantes ou periféricas. Ao longo de várias décadas esse processo deu luz à ampliação das fronteiras urbanas, à conurbação entre cidades adjacentes e à ocupação de espaços inaptos à moradia.

Esta diretriz configurou um território de desigualdades e vulnerabilidades, com regiões que apresentam deficiências de infraestrutura urbana básica, bem como problemas graves nas residências e dificuldades de acesso às áreas formais da cidade onde estão a maior parte dos postos de emprego, as redes hospitalares mais equipadas, os principais espaços de lazer e a oferta de transportes mais interconectada, por exemplo. Mesmo antes da pandemia, esta parcela da população já enfrentava crises, mas estas foram visivelmente agravadas pela Covid-19.

Ademais às áreas onde as residências apresentam uma série de vulnerabilidades, com a perda de poder aquisitivo durante a pandemia, bem como o aumento dos níveis de desemprego, muitos moradores de São Paulo foram expulsos de suas moradias. O índice de moradores de rua atingiu um pico que até então não havia sido observado. A área central da cidade recebeu uma parcela significativa destes novos moradores que, agora possuem um novo perfil: trata-se, muitas vezes, de uma “família em situação de rua”.

Mas, essa não foi a única reconfiguração do território e do cenário paulistanos. Há algumas décadas, sobretudo com a virada para o século XXI, parte da população urbana de

alta renda já aderiu a uma nova forma de morar caracterizada pela total segregação em relação aos espaços urbanos “abertos a todos”. Os condomínios fechados aumentaram de forma expressiva, tanto em bairros já consolidados quanto em regiões adjacentes, como é o caso do eixo da Rodovia Presidente Castelo Branco, a sudoeste, que dá acesso a áreas como a dos condomínios Alphaville ou a cidades como Sorocaba. Com a adoção do *home office*, esse movimento se ampliou e aumentou as ofertas imobiliárias nestes locais.

Este conjunto de complexidades impõe à cidade de São Paulo um enorme desafio do ponto de vista da sustentabilidade e da busca pela igualdade social e econômica. A pandemia representa uma tendência epidemiológica, mas possui relações diretas com condições ambientais, socioeconômicas, culturais e coletivas. Com a configuração desta crise, várias fragilidades e desigualdades que já estavam presentes no território paulistano se agravaram. Para o campo da saúde global e sustentabilidade, um novo desafio se desenha: como propor soluções e respostas políticas que envolvam diversos atores e níveis da sociedade para reagir a essas profundas incertezas e complexidades no território deste município, conhecendo estes determinantes socioambientais complexos.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. (Orgs.). **São Paulo: transformações da ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

COMITÊ POPRUA - COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. 2022. **Publicações**. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/comitepoprua/. Acesso em: 25 set. 2022.

COSTA, S. da S. Pandemia e Desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, jul. - ago. 2020.

DEÁK, C. Prefácio. O processo de urbanização no Brasil: Falas e façanhas. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil: Falas e façanhas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 9-18.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda diante dos impactos da Covid-19**. Nota Técnica, 232, 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec232ProgramaEmergencialGoverno/index.html?page=1> Acesso em: 19 jun. 2022.

FERRAZ, C. S. **Entre Rios** - a urbanização de São Paulo. YouTube, 25 mai. 2011. Disponível em: <https://youtu.be/Fwh-cZfWNlc>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; IBRE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Boletim Macro**: Recuperação doméstica em curso, mas os desafios persistem. Nov., 2019.

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; IBRE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Boletim Macro**: A crise econômica se intensifica no Brasil e no mundo, ainda sem saídas claras. Abr., 2020.

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; IBRE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Boletim Macro**: Aumento da incerteza global e doméstica. Jul., 2022.

FIGUEIREDO, A. C. C.; XAVIER, G. H. S.; INSUELA, T. A. Planejamento urbano sustentável: A importância do entorno em um estudo para implantação de habitação de interesse social. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 14, n. 32, out. 2021. <https://doi.org/10.17271/19843240143220212881>.

GALINDO, J.; ARROYO, L. Os mapas da pandemia revelam as desigualdades na América Latina. **El País**, Bogotá, 04 ago. 2020.

GESTÃO URBANA SP. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Prefeitura de São Paulo. **PIU Setor Central**. [2020]. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/piu/piu-setor-central/> Acesso em: 20 set. 2022

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010, primeiros resultados**: aglomerados subnormais. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. N. 44. Rio de Janeiro, 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades, São Paulo- População**. Rio de Janeiro, 2022.

IOANNIDIS, J. P. A. et al. Population-level COVID-19 mortality risk for non-elderly individuals overall and for non-elderly individuals without underlying diseases in pandemic epicenters. **Environmental Research**, v. 188, 109890, 2020.

LABCIDADE - LABORATÓRIO ESPAÇO PÚBLICO E DIREITO À CIDADE. **A invisibilidade da população de rua e de suas mortes por COVID-19 parece ter sido uma escolha**. Jan. 2022a. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/a-invisibilidade-da-populacao-de-rua-e-de-suas-mortes-por-covid-19-parece-ter-sido-uma-escolha/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

LABCIDADE - LABORATÓRIO ESPAÇO PÚBLICO E DIREITO À CIDADE. **Coronavírus**. 2022b. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/especial-coronavirus/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

LOURENÇO, L. F. A.; CHIQUETTO, J. B. A vida urbana e a mobilidade: implicações atuais e futuras em tempos de pandemia. **Jornal da USP**, São Paulo, 01 out. 2020.

MARICATO, E. (Org.). **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005.

MARQUES, T. H. N.; RIZZI, D.; FERRAZ, V.; HERZOG, C. P. Soluções Baseadas na Natureza: conceituação, aplicabilidade e complexidade no contexto latino-americano, casos do Brasil e Peru. **Revista LabVerde- Laboratório Verde**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 6-11, 2021.

MIRANDA, L. I. B (Org.). **As Metrôpoles e a Covid-19**. Dossiê Nacional: Volume II. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2021.

MONTEIRO, S. Futuro do trabalho: Recuperação recente do emprego é puxada pela informalidade, e mudanças na estrutura do mercado podem levar ao aumento persistente da desigualdade. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 75, n. 11, p. 24-33, nov. 2021.

PORTA, P. **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RECOVIDA. 2022. Disponível em: <https://recovida.com.br/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade 2021**. São Paulo, 2021.

REIS FILHO, N. G. **São Paulo: Vila, cidade, metrópole**. São Paulo: Takano, 2004.

- REIS-FILHO, J. A.; QUINTO, D. COVID-19, social isolation, artisanal fishery and food security: How these issues are related and how important is the sovereignty of fishing workers in the face of the dystopian scenario. **SciELO Preprints**, p. 1-26, 2020.
- ROLNIK, R. **São Paulo: o planejamento da desigualdade**. São Paulo: Fósforo, 2022.
- ROMERO-LANKAO et al. Urban transformative potential in a changing climate. **Nature Climate Change**, 8, p. 754-756, 2018. <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0264-0>
- SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre, RS, n. 06, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2022/01/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_06.pdf Acesso em: 10 abr. 2023.
- SECOVI - SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO. **Anuário do Mercado Imobiliário 2021**. 2021.
- SMS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. São Paulo. **Boletim Diário Covid-19 no MSP**. 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/index.php?p=295572. Acesso em: 16 ago. 2022.
- SOTTO, D. et al. Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 61-80, dez. 2019.
- SOUZA, M. L. Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um “conceito”. **Problema Revista Território**, a. III, n. 5, p. 5-29, jul.- dez., 1998.
- SPOSATI, A. O. (Org.). **Mapa de exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.
- SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Covid-19 no Brasil**. 2022.
- VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil: Falas e façanhas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 169-244.
- WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Timeline: WHO’s COVID-19 response**. 2022. Disponível em: [who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline#event-72](https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline#event-72). Acesso em: 09 ago. 2022.